colPor um PSOL insurgente e que ouça as ruas de São Paulo

INTERNACIONAL: AS PRIMAVERAS QUE CONTINUAM

A crise de acumulação do capital

Uma das características mais marcantes da última fase da economia capitalista, a fase neoliberal, é que há uma intensa exploração predatória dos recursos naturais e da força de trabalho, feitas com um forte apoio do Estado. De fato, uma autora como Rosa Luxemburgo, no início do século XX, já chamou a atenção para o fato de a acumulação capitalista abrir "novas fronteiras", em que processos semelhantes à "acumulação primitiva" do início do capitalismo tinham lugar. E David Harvey tem argumentado que todas as características da acumulação primitiva de capital não apenas se mantém no período mais recente, mas também se têm reforçado.

De fato, a superexploração do trabalho mantém-se nos países dependentes, e chega aos países capitalistas centrais; nos primeiros, não raro assume até formas semelhantes ao trabalho escravo. A expropriação de populações camponesas tem-se ampliado em diversos países – e, na América Latina, é preciso destacar as agressões contra populações indígenas. A apropriação privada capitalista de recursos públicos – as privatizações de todo tipo – chega até a monstruosidades como a privatização da água e ao que podemos chamar de biopirataria. O agronegócio toma de forma crescente o lugar da agricultura familiar. E, como ficou completamente evidente desde a crise mundial que se iniciou em 2007, o sistema de crédito e o capital financeiro têm sido, mais que antes, trampolins de fraude, roubo, predação. Recebem para cumprir este papel um impressionante e despudorado apoio do Estado, enquanto, por outro lado, a ampliação da dívida pública que a transferência de recursos públicos para o capital financeiro provocou é usada como pretexto para novos e duros ataques contra os direitos sociais e as condições de vida do povo.

David Harvey chama este tipo de acumulação de capital de "acumulação por espoliação". Naturalmente, ela se superpõe à acumulação de capital mais típica da economia capitalista, a que se faz pela extração de mais-valia da força de trabalho.

É importante assinalar que o uso de relações de trabalho análogas ao trabalho escravo é levado a cabo inclusive por empresas "modernas" que se utilizam de alta tecnologia, como se verifica na cadeia das indústrias siderúrgicas. Também são "modernas" as modalidades de superexploração viabilizadas pela terceirização, em torno da construção civil e de diversos tipos de serviços, ainda o trabalho precário, sujo e pesado de baixos salários oferecidos aos substratos do proletariado das periferias metropolitanas.

A época neoliberal é caracterizada, assim, por ampla presença do Estado, convocado pelo capital não apenas para apoiá-lo diretamente de diversas formas, mas também para reforçar o disciplinamento da força de trabalho,

principalmente da grande parcela empobrecida justamente pela agressividade da implantação do neoliberalismo na periferia do capitalismo mundial. Para esta ampla parte da população, o chamado Estado Democrático de Direito não chega – ou chega de forma invertida. Chega para criminalizar a pobreza e os movimentos sociais, para impulsionar a continuidade da marcha da retirada de direitos sociais e da restrição legal das organizações do trabalho.

Em contraposição, a luta anticapitalista atualmente deve estar orientada por uma concepção intransigente de defesa dos direitos humanos, pela garantia de uma vida com justiça social.

Vivemos uma crise mais lenta e, por enquanto, menos visível do que a crise econômica mundial, mas mais profunda: a crise ambiental. Nos últimos dias foi divulgada uma notícia que confirma a gravidade de uma das suas vertentes, a ampliação das emissões de gases de efeito estufa que provocam um aquecimento global: a concentração de dióxido de carbono (CO_2) na atmosfera já está ultrapassando 400 partes por milhão, o que é considerado pelos cientistas como um grande sinal de alarme.

Ora, poucas coisas são tão claras quanto a incapacidade de um enfrentamento minimamente sério desta crise no interior do capitalismo. Precisamos de ampla cooperação internacional e de abandonar a lógica do crescimento infinito da acumulação de capital e, logo, da produção pela produção – tudo o contrário do que o capitalismo pode dar.

Por mais que a ruptura com a economia capitalista pareça difícil, é a alternativa mais realista, se queremos evitar um futuro catastrófico.

Por outro lado, vivemos, desde 2011, uma situação internacional de crescimento de lutas. A primavera árabe abriu um processo prolongado de lutas e transformações; a Europa assistiu a mobilizações de indignados e tem vivido um grande processo de greves e lutas contra as políticas de austeridade; a indignação ocupou Wall Street e se espalhou pelos EUA, mobilizou estudantes chilenos e do Quebec, trouxe grandes manifestações na Turquia e chegou, com força, ao Brasil.

Na América Latina, aconteceram grandes movimentos de trabalhadores, indígenas e juventude na primeira década do século XXI, uma resistência ampla ao imperialismo com processos revolucionários.

Hoje, o momento é de dificuldades e impasses. Coloca-se a necessidade de pautar projetos e políticas que coloquem no horizonte a ruptura global com o imperialismo e com o capitalismo, sob pena de sofrer retrocessos.

BRASIL – UMA NOVA PRIMEVERA SE INICIA

A ampliação da democracia passa pela auto-organização

Toda análise sobre a conjuntura das lutas sociais no Brasil no período atual passará pelas manifestações de massa que, impulsionadas pelo eixo inicial da questão das tarifas dos transportes coletivos, passou a abranger uma gama ampla de demandas por direitos sociais além de críticas às práticas fisiológicas e corporativas dos representantes políticos brasileiros. Estas somaram-se à

rejeição dos gastos e violações de direitos humanos resultantes dos megaeventos e do repúdio à violência policial.

Estes acontecimentos levaram o conjunto da esquerda combativa a reavaliar seus diagnósticos do quadro político, mesmo que já fossem visíveis a insatisfação em amplos setores da população e o aumento das lutas de classes no país desde a segunda metade de 2011. As greves de policiais e bombeiros, a tragédia do Pinheirinho, a brava resistência dos índios Kaiowá-Guarani no Mato Grosso do Sul, as explosões de revolta dos trabalhadores nos canteiros de algumas das grandes obras de infraestrutura no país, a luta indígena contra a construção da usina de Belo Monte, e pelo direito à vida, tudo isso apontava para uma virada no cenário de refluxo imperante.

O ano de 2012 teve o maior número de greves desde 1996, e esta tendência prosseguiu em 2013. Além das lutas de muitas categorias por melhores salários e condições de trabalho, cresceram também mobilizações por uma agenda ampla: a luta contra o conservadorismo homofóbico e racista; contra a política de encarceramento e extermínio das populações mais pobres das periferias, especialmente jovens e negros; a luta de setores populares pelo direito à moradia e contra sua violação em função da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016; lutas em defesa do meio-ambiente; a defesa dos lutadores sociais do acampamento Milton Santos com a ocupação do INCRA em São Paulo.

Todo esse cenário representou a reação às dificuldades da situação econômica – a semi-estagnação que tende a continuar, a retomada limitada da inflação – e ao conservadorismo econômico do governo: corte de gastos públicos e redução de impostos para o capital; privatizações de aeroportos, portos, rodovias, petróleo, com financiamentos do BNDES; volta da elevação dos juros; sucessivas concessões às pressões do agronegócio; em suma, tudo para o capital. Expressou também um descontentamento crescente em parcelas da população, sobretudo na juventude, com o conservadorismo social e político do governo e com a criminalização dos movimentos sociais.

É um levante nacional popular, com eixo na juventude, com adesão de milhares de trabalhadores/as jovens e dos setores médios, contra todo tipo de governo, contra as casas legislativas, contra praticamente toda a institucionalidade vigente dos poderes, e por reivindicações no geral justas: contra o aumento das tarifas, contra gastos da Copa, fora Feliciano, pela saúde e educação públicas de qualidade e contra as práticas fisiológicas e corporativistas sintetizadas na luta contra a corrupção.

O processo é muito progressivo, também porque o sistemático enfrentamento com a repressão policial, o método do bloqueio de estradas e ruas e as ações ofensivas sobre palácios do governo, congresso nacional, assembleias legislativas, câmaras municipais são métodos de luta válidos adotados pelos movimentos. O que prevalece é a revolta popular, juvenil. Os trabalhadores/as estão presentes de forma diluída enquanto classe, mas grande parte da juventude que está na vanguarda é assalariada. É salutar a desconfiança com os partidos e instituições tradicionais.

Ao lado da juventude no seu conjunto, destacaram-se os movimentos populares de luta pela moradia e os movimentos de juventude das periferias

urbanas, que também desenvolvem ações radicalizadas como bloqueios de avenidas e estradas por suas reivindicações.

Os executivos, do federal aos municipais, bem como as casas legislativas, foram colocados na defensiva – foram obrigados a aceitar reduções de preços dos transportes públicos e a reconhecer seu desprestígio, sobretudo na juventude.

Ainda que as mobilizações tendam no imediato a se reduzir, o povo tomou gosto por elas e aprendeu que elas podem levar a vitórias. Isto representa, sem dúvida, *uma mudança na correlação de forças entre as classes.* Há, portanto, um ascenso, mudança da situação política e embaralhamento do cenário daqui para frente, incluindo o cenário eleitoral 2014.

Há uma perda de legitimidade das instituições perante o povo e a maioria da população com a consequente ação das ruas, o que coloca como atual a definição de crise de regime, pois a autoridade central, o governo está muito questionado, visto que os discursos de Dilma tem tido efeito zero para paralisar ou amenizar o movimento e não tem conseguido consenso para unificar "os de cima" para uma saída política desta crise.

Em relação aos Plebiscitos, eles devem ser imperativos: o que a população decidir na consulta é que deve determinar os contornos da Reforma Política; o Congresso apenas formatará, do ponto de vista legislativo-formal, aquilo que a população soberanamente decidir. Em segundo lugar, seus temas devem ser ampliados.

Devemos apresentar uma tática de exigir a ampliação do plebiscito para todas as questões que estavam nas ruas. Não apenas a reforma política, mas também as revindicações sociais.

Em relação aos temas do plebiscito, nossas propostas centrais são:

– Fim do Senado Federal

– Revogabilidade dos mandatos.

Fim da reeleição para os cargos executivos, limitação das reeleições para os cargos legislativos

– Salário de parlamentar igual ao das suas profissões de origem

– Eliminação das barreiras de mínimos e máximos dos deputados em cada estado

Em relação à pauta de reivindicações sociais, nossas propostas principais são:

– Desmilitarização das polícias, extinção imediata das tropas de choque. Abaixo a repressão

- Passe livre nacional, com tarifa zero para todos, iniciando-se com estudantes, pessoas com deficiência, idosos e desempregados

- Contra os crimes da Copa. Nenhum centavo a mais de dinheiro público na obras da Copa do Mundo. Auditoria de todos as licitações de obras da Copa

- Auditoria da dívida pública (interna e externa) e suspensão do pagamento dos juros

- Reforma Agrária Agroecológica, PEC do Trabalho Escravo e Demarcação das Terras Indígenas e Quilombolas

– Revogação dos leilões da bacia de petróleo, suspensão dos leilões do pré-sal, suspensão de investimento em energia nuclear e prioridade para a energia limpa e renovável

- Recursos públicos para saúde pública (10% do orçamento da União para a saúde), educação (10% do PIB para a educação pública já), transporte e moradia

– Defesa dos direitos humanos, defesa dos direitos das mulheres

– Contra a homofobia, contra a cura gay. Fora Feliciano, e defesa do Estado laico

– Democratização dos meios de comunicação. Abaixo o monopólio da mídia e da manipulação da rede Globo

– Suspensão da privatização de portos, aeroportos e rodovias

- Suspensão da construção de Belo Monte

– contra o PL 4330, da "terceirização"

– Anulação da Reforma da Previdência e fim do fator previdenciário

– Redução da Jornada de Trabalho para 40 horas sem redução de salários

– Congelamento do preço dos aluguéis, acompanhado de uma política ampla para a moradia

SÃO PAULO – O ESTADO DA EXCLUSÃO

A crise política de projeto dos tucanos, conjugada com a expansão do conservadorismo e reacionarismo social, ganha dimensão especial quando se trata do estado de São Paulo. Nosso estado é a principal unidade da federação e o berço do principal braço político de organização e disseminação do neoliberalismo no país.

Esta crise é bastante perceptível na atual administração do governo Alckmin. Este governo, apesar de dispor de um orçamento considerável em relação às últimas administrações do estado, tem se caracterizado por uma presença pouca significativa na expansão econômica e no estímulo ao setor industrial paulista. Mas tem dado continuidade e aprofundado a privatização da saúde e à precarização da educação, até um patamar jamais imaginado.

Outra área que demonstra a perda de virtuosidade governamental dos tucanos, cada vez mais alvo de críticas, é o transporte público de massa. O Metrô de São Paulo, além de ser superlotado, apresenta, a cada dia, mais falhas técnicas e constantes paradas devido à falta de investimento e à morosidade na expansão da malha e ao "*stress*" do sistema.

Na área social, o governo tucano, inclusive, tem seguido de forma retardatária projetos petistas, tais como os programas federais de combate a miséria, combate às drogas. E, ainda, os programas de transferências de renda se

confundem no imaginário da população com o Bolsa Família.

Na área dos Direitos Humanos, o governo tucano no estado continua adotando uma política agressiva de encarceramento em massa da juventude pobre com a "guerra às drogas" e, supostamente, ao crime organizado comandado pelo PCC. As prisões paulistas contam com a maior população encarcerada do país, sendo que em torno de 40% dos presos são de prisões temporárias.

Apesar de terem sido efetuadas algumas prisões de PMs que integram grupos de extermínio, e de terem sido centralizadas as investigações em torno dos registros de resistência seguida de morte (RSM), o número de homicídios provocados pelos aparatos policiais continua num patamar histórico em média de 500 por ano desde os anos 2000.

Ecossocialismo

Reconhecemos que avança a consciência da importância do equilíbrio ecológico na preservação da vida, bem como a convicção de que fazemos parte de um todo, ser humano e natureza

Vivemos hoje a catástrofe ecológica e seus efeitos, o que se concretiza com as já presentes mudanças climáticas, com fenômenos climáticos e ambientais extremos, que podem se tornar irreversíveis: como o envenenamento das águas, do solo, dos alimentos; o desaparecimento da biodiversidade; a desertificação e a escassez hídrica; a elevação dos mares e a inundação de cidades costeiras.

Apesar de catastrofista, esse diagnóstico é de que vivemos uma crise civilizatória.

De fato, a crise é sistêmica, social, econômica, financeira, enfim, seus aspectos são profundamente relacionados, pois são manifestações complementares do movimento de acumulação e expansão do sistema capitalista global.

O sistema capitalista é incompatível com a natureza porque privilegia a lógica do lucro à lógica da vida, pois pretende transformar tudo em propriedade, mercadoria; a natureza é vista como "entrave" ou recurso a ser explorado.

Os problemas de caráter socioambiental afetam desproporcionalmente a classe trabalhadora, pois no contexto de exclusão social e degradação ecológica, os mais atingidos são as famílias pobres, as populações marginalizadas, que vivem e/ou trabalham em condições precárias, nas periferias desassistidas e em áreas de risco, e que dependem dos serviços públicos essenciais, insuficientes à demanda.

A opressão e o poder repressivo do Estado atuam soberanos, convenientes aos interesses privados do capital, como o do sistema financeiro, do agronegócio ruralista, das multinacionais, da especulação imobiliária e das construtoras, além das concessionárias de serviços públicos, como as que formam a máfia do lixo e a máfia do concreto nas cidades.

As monoculturas, principalmente a cana de açúcar, os eucaliptos e a citricultura causam poluição das águas e do solo, afetando a saúde dos trabalhadores rurais pelo uso intensivo de agrotóxicos, além do assoreamento dos recursos hídricos, a erosão e a super exploração da força de trabalho, que

deterioram as condições ecológicas e sociais de nosso Estado.

Direito às cidades

Sofremos com a poluição do ar e das águas, com a péssima qualidade dos serviços básicos, o adensamento desordenado, a impermeabilização e verticalização constantes, que eliminam comunidades e áreas verdes em prol de automóveis e concreto, com suas consequentes e periódicas catástrofes de enchentes e deslizamentos.

A prioridade para o transporte individual por carros, o sucateamento da rede de trilhos e a falta de investimentos em hidrovias são fatores que pioram a qualidade do ar, deteriorando a vida nas grandes cidades e agravando as dificuldades de mobilidade urbana.

Denunciamos também a não demarcação de territórios tradicionais e a ameaça de expulsão às comunidades indígenas, onde o empobrecimento do povo originário tem como fim a apropriação de suas terras para a indústria da construção civil e a especulação imobiliária.

Os ataques contínuos contra as florestas, a biodiversidade e os ecossistemas, como a falta de proteção ao pouco de Mata Atlântica que ainda resta, e que está sendo substituída por condomínios de luxo, precarizam a vida no Estado.

Mudando as relações de produção, da propriedade privada para a propriedade coletiva, comunitária, cooperativa; transformando o aparelho produtivo do Estado, com novas tecnologias, sem tecnologias sujas e a busca por formas de energia limpa, uma matriz energética biodiversa com opções renováveis ; assim como outro padrão de consumo, com o fim da propaganda, da produção de objetos inúteis e da obsolescência programada.

Nossa proposta é de defesa de um programa ecossocialista, com planejamento democrático, socialista e ecológico, uma reorientação profunda das forças de produção e consumo, na perspectiva de superação do capitalismo.

Mobilidade urbana, transportes e moradia

As revoltas de junho culminaram, como já dissemos acima, em uma ampla pauta de reivindicações. No entanto, não devemos perder de vista o elemento que provocou sua eclosão: as condições precárias de transporte coletivo, seu alto custo e o estado de calamidade urbana que ajudam a reproduzir.

O que esteve em jogo na mobilização dos transportes na cidade de São Paulo, não foi apenas a tarifa do ônibus municipal, mas todo um modelo de cidade. Transporte público de qualidade significa a democratização do espaço urbano, a ruptura da lógica de segregação da população trabalhadora, ou seja, é um importante eixo do direito à cidade.

A apropriação crescente do espaço público pelo grande capital especulativo, a intervenção decisiva do Estado para abrir novas frentes de valorização do capital devem ser combatidas, e a luta pela implantação da TARIFA ZERO irrestrita e a ampliação dos transporte públicos deve ser uma prioridade do partido no Estado.

Do ponto de vista estadual e municipal, a linha de frente dos conflitos sociais é precisamente o espaço urbano e é aí também que o PSOL deve inserir-se, ao lado da juventude e dos trabalhadores, de forma articulada e integrada nos movimentos sociais, impulsionando e construindo cotidianamente as várias lutas que se opõem à barbárie urbana que tanto favorece o capital e com a qual PT e PSDB tem enorme compromisso.

Educação

A lógica do capital se impõe em nossa conjuntura, em todos âmbitos da vida. A educação, nessa visão, é um formador de mão de obra especializada em curto tempo. Respondendo a demandas reais de ascensão social, o governo estadual ampliou o ensino técnico, desvinculado da formação crítica filosófica de sujeitos sociais.

A falta de vagas é um grande problema em todos os níveis da educação e a precarização do ensino público se dá em todas as escolas e universidades da rede estadual, que contam com estruturas precárias e professores recebendo baixos salários.

Em relação à educação infantil, há uma crônica falta de vagas na periferia, onerando ainda mais o exíguo orçamento familiar, que deve arcar com uma cuidadora ou então tirar a mulher/mãe do trabalho, para cuidar das crianças. Tal situação evidencia uma política de aprofundamento da desigualdade social, atingindo diretamente as mulheres mais pobres, que encontram mais dificuldades em garantir emprego e autonomia, restringindo-as às atividades domésticas.

A defesa por melhorias de infra-estrutura nas escolas, as tornando polos de cultura e de esporte disponível à toda comunidade; assim como a construção de novas creches e escolas de educação infantil, atendendo ao déficit escolar correspondem a eixos de um programa socialista para a cidade de São Paulo.

Os movimentos sociais em defesa da educação pública, por mais de uma década, reivindicam o aumento de vagas nas 3 universidades estaduais acompanhado pelo aumento de verbas, garantindo a pesquisa e extensão. Porém, o que se realizou foi só um sensível aumento das vagas, permitindo a propaganda de expansão do ensino superior público. Essa educação desvinculada da qualidade tem seus interesses voltados para a formação de força de trabalho pouco qualificada, reiterando a lógica da acumulação de capitais.

A defesa é pela educação pública, de qualidade à toda a população. Fortalecer a democratização nas decisões da escola, incentivando a participação da comunidade na elaboração e aplicação do projeto político-pedagógico, através de conselhos populares, são pautas a serem defendidas. O que vincula essas pautas é a luta por 10% do PIB brasileiro para a educação pública.

Saúde

A privatização da saúde caminha a passos largos no estado de São Paulo, através das parcerias com as Organizações Sociais (OSs), modelo que está

servindo de exemplo para outros estados e que está gerando uma grande calamidade nos serviços públicos de saúde, que continuam com filas imensas e em condições precárias.

A gestão por OS's faz com o Estado terceirize seu serviço, não investindo diretamente no setor, transferindo a responsabilidade de gestão dos equipamentos públicos para a iniciativa privada.

A mudança de gestão dos equipamentos para o setor privado traz malefícios para a população que depende dos serviços e para os trabalhadores da saúde. A prática de destinar parte dos leitos dos hospitais públicos ao setor privado (dupla porta) aumenta as filas do SUS e faz com que a população que pode pagar um plano de saúde tenha um serviço de mais qualidade. Para os trabalhadores, as OSs significam o fim dos concursos públicos e contratação exclusivamente de forma terceirizada, que traz uma maior precarização das relações trabalhistas e enfraquecimento do poder de organização da categoria.

Esta política de privatização da saúde também interfere diretamente no atendimento integral à saúde de mulher, pois boa parte das OSs são ligadas a entidades religiosas e normalmente acabam impondo ao atendimento de saúde sua crença religiosa, sem cumprir o Plano Nacional de Atendimento Integral à Saúde da Mulher. São milhares de mulheres no estado sem acesso ao pré-natal, educação sexual e assistência integral à saúde. Diversas destas Organizações Sociais se recusam a distribuir alguns contraceptivos como no caso do DIU e da pílula do dia seguinte.

A OSs se negam a prestar atendimento a pessoa LGBT, impondo outra vez uma lógica dogmática em relação a orientação sexual e identidade de gênero dos pacientes, fato que contribui de maneira trágica para acentuar o grau de vulnerabilidade dessa população. Embora o estado de São Paulo tenha sido pioneiro na implantação de um ambulatório especializado no atendimento de saúde para travestis e transsexuais, pesa o fato de que não há capacitação do corpo técnico para lidar com as especificidades desse segmento. De forma geral, o processo de terceirização da saúde no estado em nada tem contribuído para combater o sexismo e a heteronomatividade do atendimento.

Outro debate importante que vem ocupando diversos espaços sociais é o tema da internação compulsória dos usuários de drogas. Entendemos que isso trata de maneira violenta e segrega a população, e não é discrepante com a proposta de saúde pública integral. O instrumento da internação compulsória se insere numa prática de higienização social e criminalização da pobreza, que está sendo utilizada indiscriminadamente para justificar o encarceramento em massa da juventude negra e pobre.

Mulheres

Com o isolamento das periferias do centro das cidades, a falta ou precariedade de transportes públicos, a dupla jornada de trabalho e os baixos salários, as mulheres paulistas tendem a uma lógica de mobilidade reduzida, local: o que estreita ainda mais a possibilidade de crescimento cultural e pessoal.

Além dessa restrição de mobilidade, a violência urbana atinge principalmente as mulheres, em sua maioria negras e pobres, que também estão expostas à

violência doméstica machista e homofóbica.

É necessário uma ampliação sem precedentes dos equipamentos públicos de saúde, creches, escolas, restaurantes e áreas de lazer, além da implantação da Tarifa Zero, para que a desigualdade histórica possa começar a ser revertida em favor das mulheres.

Denunciamos o atual Estatuto do Nascituro, por abrir espaço para a criminalização da mulher que interrompe a gravidez, entre outros. Defendemos a legalização do aborto, em hospitais públicos, com atendimento humanizado.

LGBT's

Em São Paulo, tanto o governo estadual, hegemonizado pelo PSDB há mais de 16 anos, quanto o governo municipal, agora sob a tutela do PT, tem se omitido sistematicamente da responsabilidade pela implementação de políticas públicas de combate à discriminação homofóbica e direitos sociais; no lugar disso, criaram um modelo de inclusão baseado na ampliação do mercado gay. Basta verificar, por exemplo, os altos investimentos em ações capazes de gerar grande movimentação financeira (como a Parada do Orgulho Gay de São Paulo) frente ao sucateamento de serviços públicos essenciais à população LGBT como o Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais, o Sistema Único de Assistência Social e a Delegacia de Crimes Raciais Delitos de Intolerância, que funcionam de forma precária e muito aquém da demanda existente.

A inércia do Estado diante da situação de exclusão vivenciada pela população LGBT fica ainda mais evidente quando observamos que, embora exista desde 2001 uma lei estadual (nº 10.948) que prevê a punição de qualquer ato de discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero na administração pública paulista, a maior parte das LGBTT desconhece esse dispositivo, muito em função da falta de investimento em campanhas de divulgação e combate ao preconceito. E não são poucas as violações de direitos cometidas por agentes estatais contra a população LGBT. É muito comum, que gays e lésbicas sejam humilhados ou tenham atendimento de saúde negado em hospitais ou unidades da rede pública, enquanto travestis e transexuais são cotidianamente agredidas por agentes de segurança.

PSOL - CONSTRUIR UM PARTIDO SOCIALISTA E DEMOCRÁTICO ENRAIZADO NAS LUTAS DOS TRABALHADORES E DA JUVENTUDE

O PSOL tem a oportunidade histórica de se diferenciar dos partidos políticos da direita tradicional e do PT, depois dos movimentos de rua que abalaram o país. No entanto, não podemos compartilhar da base do governo ou mesmo dialogar com Dilma, exatamente no momento em que o governo e o PT estão sendo questionados nas ruas. Propomos a saída de Randolfe do PSOL por suas atitudes que se chocam com as diretrizes do partido.

Precisamos abrir um canal de diálogo com a juventude trabalhadora que saiu às ruas, com os movimentos sociais da periferia, através de uma postura de

total oposição ao governo federal e estadual, contra a repressão policial e ao lado de todos e todas lutadores/as, defendendo suas justas reivindicações. O caráter de massa das mobilizações de junho deixam como legado imensas tarefas para a esquerda combativa, sobretudo a organização e mobilização das camadas trabalhadoras que certamente apoiaram, mas não aderiram ao movimento. A entrada em cena de forma mais ampla dos trabalhadores ao lado da juventude é o elemento que transformará de maneira decisiva a conjuntura dos próximos anos. Para isso o PSOL deve assumir as tarefas que cabem a um partido socialista e democrático: impulsionar as lutas sociais, organizar os trabalhadores e a juventude e constituindo uma alternativa de poder que rompe com a velha política à qual também o PT se amoldou.

Nesse sentido, a demanda por democracia participativa, ampla e irrestrita, ou seja, pela democratização do poder político, que veio à tona com as jornadas de junho, deve fazer parte de nossa estratégia de construção partidária, tanto para atrair novos/as filiados/as, quanto para aplicá-la dentro do partido, forjando o Psol como autêntico partido socialista e libertário. Devemos construir o Psol com núcleos de base, seja por local de moradia, trabalho ou categoria profissional. Além disso, os setoriais de opressões do partido devem ser reforçados, e outros setoriais devem ser criados.

Nestas eleições de 2014, devemos fortalecer nosso perfil de oposição de esquerda aos governos federal e estadual, lançando candidatos/as que estejam inseridos/as nos movimentos sociais e construam as lutas cotidianamente.

Assinam esta tese:
Alessandro Chaves
Allan Coelho
Anderson Mancuso
André Theodoro
Ângela Oliveira Santos
Áquilas Mendes
Beira (Felipe Faria)
Biula (Luiz Muller)
Breno Cuin
Bruno Mattos
Caio Zinet
Camila Reis
Camila Viviane
Carlos Eduardo (Cadu)
Caroline Marie Gilbert Abraao.
Cássio Lavorato
Celso Lavorato
Chicão (Francisco)
Dalva Martins
Deise Aguiar
Douglas Belchior
Elice Botelho
Ênio Bucchioni
Fábio Nassif

Fátima de Almeida Brambilla
Fátima Amaral
Felipe Machado
Felipe Moda
Fernanda Azevedo
Fernanda Malafatti
Flávia Gongora
Giulliane Brandão
Giva (Givanildo Manoel)
Guile (Guilherme Envydust)
Gustavo Seferian
Heder Souza
Helton Bastos
Henrique Iglecio
Isadora Penna
Jaqueline Nikiforos
Jéssica Ruiz
João Machado
JP (João Pedro Munhoz)
João Ricardo Penteado
João Victor Pavesi de Oliveira
Jonas Menezes Bezerra
Jorginho Martins
Jose Cláudio Batista
José Motta
Júlia Coelho
Júlio Miyazawa
Júnia Gouve
Leonardo Pinho
Lucas Marcondes Oliveira
Luciana Araújo
Luis Miyazawa
Luisa D'Avola
Luiz Villaça
Luiza Giovancarli
Luka Franca
Marco Ribeiro
Marcos Leandro
Marcus Campos
Mari Tamari
Mario de Lemos Brandão Constantino
Mauroessil Elyseo
Melissa Ribas
Patrícia Rodrigues Farias
Paula Trevisan
Paulo Roberto Gongora
Purê (Bruno)
Rachel Teixeira
Renata Casagrande

Renata Rodrigues
Ricardo Framil
Rita Mendes
Roberta Sato
Roberto Oliveira
Rodolfo (Dorfo) Franzin
Rodrigo Cruz
Rodrigo Gonçalves
Rodrigo Mendes
Rogério Perito
Ronaldo Bragança
Salomão Ximenes
Solange de Casa Branca
Suzana da Costa Longo
Tato (Otavio Nagoya)
Thales Carpi
Thiago Castro
Tiago Castro
Tomáz Civatti
Tostão (Fernando Silva)
Tulio Bucchioni
Vanessa Koetz
Victor Strazzer
Vinicius Brandão
William Santana
Xênia Bucchioni
Zé Correa Leite